

EDUCAÇÃO ESPECIAL: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

Iuri Leandro das Neves¹; Elizabete da Silva Oliveira¹; Giovana Maria Belém Falcão²

¹Universidade Estadual do Ceará-FECLI. Email: iuri.leandro@aluno.uece.br

¹Universidade Estadual do Ceará-FECLI. Email: elizabete.silva@aluno.uece.br

²Universidade Estadual do Ceará-FECLI. Email: giovana.falcao@uece.br

Introdução

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino tem sido um tema bastante debatido em nosso país, principalmente a partir dos anos 1990. O mesmo vem ganhando uma visibilidade cada vez maior diante da necessidade de garantir o acesso e a permanência na educação para todas as crianças, jovens e adultos, algo que é assegurado por lei desde a Constituição Federal do Brasil de 1988, que em seu art. 205 declara que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Este processo foi fortemente influenciado por acontecimentos a nível mundial e alguns documentos internacionais foram fundamentais para a busca de uma escola inclusiva no Brasil. A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a preocupação com a não discriminação passa a ser uma realidade e assim amplia-se um movimento mundial pelo direito de inclusão de pessoas com deficiência. A conferência de Jomtien que aconteceu em 1990 na Tailândia visava garantir o acesso a educação para todos, estabelecendo como meta erradicar o analfabetismo e universalizar a educação básica. A declaração de Salamanca, que foi aprovada na Conferência Mundial de Educação Especial em 1994, objetivava acabar com o processo de segregação existente no que diz respeito a relação entre os alunos com deficiência e os demais.

Em nosso país a legislação que assegura o direito ao aluno com deficiência a inclusão no ensino regular é fértil. Destacamos a Constituição Federal de 1988, A LDB 9394/96, o ECA (1990), o PNE (2001), as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 /09/2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), e a Lei no 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Tais marcos legais representam avanços em relação à educação das pessoas com deficiência, posto que os mesmos vivenciaram anteriormente a exclusão, depois a institucionalização, que também segregava e agora se busca uma inclusão. No entanto, os desafios para garantir que a inclusão educacional aconteça, são enormes e vão desde a falta de investimentos necessários para garantir a adaptação do espaço físico nas instituições de ensino, falta de materiais pedagógicos adequados para trabalhar com os alunos e também deficiências na formação de professores. A formação inicial ainda não contempla de forma efetiva as diferenças dos alunos, não preparando o professor para receber o aluno com necessidades educacionais especiais. As disciplinas que abordam a temática são em número muito reduzido, limitando-se, na maioria das licenciaturas, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, por ser esta uma obrigação legal (Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002). No entanto, mesmo sendo obrigatória, muitos são os problemas para que a disciplina aconteça, sendo a falta de professores um deles.

Essas dificuldades levam os professores a se sentirem despreparados para receber alunos com deficiência. Além disso, a formação continuada ainda acontece de forma muito pontual e por vezes descontextualizada.

Diante da necessidade de refletir sobre o assunto, enquanto futuros professores, surgiu a necessidade de pesquisar a respeito do tema para conhecer mais a fundo as dificuldades a serem vencidas. Com isso, este estudo tem por objetivo refletir sobre a formação de professores. Para tanto, iremos analisar os desafios enfrentados na inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, com foco na formação dos professores.

Metodologia

Este escrito foi realizado através de análise Bibliográfica que segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 183) “[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc”, na qual procuramos realizar leituras de artigos que tratassem do tema inclusão voltado para a formação de professores bem como os desafios que são enfrentados em tal área.

Inicialmente, foram lidos oito artigos. Em seguida, descartamos três artigos por tratarem do tema inclusão de uma forma mais ampla, visto que tínhamos como foco os desafios e a formação de professores.

Este escrito foi realizado entre os meses de Julho à Setembro de 2017.

Resultados e Discussão

Por muito tempo, acreditavam existir um processo de ensino-aprendizagem “universal” e aqueles que apresentassem alguma dificuldade seriam considerados alunos especiais. Em sua formação, o professor estaria preparado para atender apenas os alunos ditos normais, já que os alunos com necessidades educacionais especiais eram direcionados para locais destinados especificamente para eles, causando uma segregação não só no que diz respeito ao ambiente escolar como também na sociedade de forma geral. A respeito disso, Bueno (1999, p. 10-11) destaca que “[...] qualquer forma de educação que não seja a da inclusão no ensino regular é vista como ultrapassada, pois perpetua a segregação, a discriminação e o preconceito dos normais em relação aos alunos com necessidades educativas especiais”. É necessário que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades dentro e fora do ambiente escolar, longe de uma ação excludente. Diante disso, foram realizadas conferências e assinado documentos para garantir que todas as crianças tivessem acesso a escola regular, sem separação, como foi dito acima.

É indiscutível o valor da educação inclusiva, já que os alunos com necessidades educacionais especiais irão interagir tanto com o meio quanto com as pessoas em diferentes situações, preparando a sociedade para aceitar a diversidade de indivíduos e melhorar a relação entre os mesmos.

O processo de inclusão não é tarefa fácil de ser realizada, ao professor isso custa um grande investimento em uma formação continuada, devido as carências deixadas pela graduação, pois, os cursos de licenciatura, em sua grande maioria, não preparam o docente para estar apto a enfrentar as dificuldades do processo de inclusão. Mendes (2004, p. 227) destaca que “Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática”.

Nesse sentido, torna-se imprescindível que a educação especial faça parte do processo de formação acadêmica dos licenciandos para que, após formados, os mesmos estejam aptos para trabalhar com a diversidade de alunos existentes, respeitados as particularidades de cada um, visto que o êxito da inclusão depende, em grande parte, do trabalho pedagógico realizado pelo professor na sala de aula, e cabe a este estar preparado

para lidar com as diferenças de seus alunos, trazendo uma melhor aprendizagem para todos.

Dessa forma, a educação especial não pode ser considerada uma formação à parte da graduação, somente para aqueles que desejam trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, mas sim como disciplina obrigatória nas licenciaturas, abrangendo a LIBRAS e o Sistema Braille. Mas, nem todas as grades curriculares dos cursos de licenciatura oferecem tais disciplinas, como afirma Rodrigues (2005, p. 55-56) que “Em termos da formação inicial, continuamos a verificar que muitos cursos de formação de professores não desenvolvem a área das necessidades educacionais especiais ou, por muitas vezes, mesmo a omitem”. Por vezes, falta professor para ministrar a disciplina de LIBRAS diante da escassez na referida área. Outras vezes, as aulas ocorrem através de videoconferência, numa tentativa de suprir a carência de professor.

Entretanto, a formação de professores voltada a uma realidade inclusiva não necessita apenas conter algumas disciplinas no currículo, como afirma Vitaliano e Dall’Acqua (2012, p. 111) que “[...] o fato de haver a inclusão da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos currículos dos cursos de licenciatura não garantirá a preparação adequada dos professores para atuar junto aos alunos surdos”. É importante que o professor conheça os materiais que precisam ser utilizados e que o mesmo os tenha a sua disposição e também é necessário o entendimento sobre o processo de aprendizagem de alunos com deficiência auditiva. Além disso, deve ser oportunizado ao professor uma formação, cada vez maior, para ter um maior conhecimento a respeito da área, como o mesmo deve melhorar sua prática pedagógica e quais os desafios a serem enfrentados.

Porém, tal acontecimento não depende somente do professor, o qual trabalha com a inclusão no ambiente escolar, mas de toda a escola, das autoridades que devem investir mais políticas inclusivas e de acessibilidade e da sociedade em geral que precisa pensar no tema com mais sensibilidade e sem um olhar excludente, frisando que é necessário incluir não só no ambiente escolar, mas também no meio social.

Infelizmente, os desafios não se restringem apenas a formação de professores. Os investimentos na educação especial ainda não são suficientes para garantir que a inclusão aconteça como deveria, visto que faltam materiais para atender as necessidades educacionais dos alunos e nem todas as escolas estão devidamente adaptadas no que diz respeito ao ambiente físico para atender seus alunos, o que acaba atrapalhando a locomoção dos mesmos devido às barreiras arquitetônicas presentes principalmente em escolas mais antigas, isso para não falar dos demais espaços em geral como teatros, cinemas, etc.

Conclusão

Levando em consideração o que foi discutido até o momento, temos que a política de inclusão cresceu consideravelmente nos últimos anos, mas ainda falta muito a melhorar. O currículo dos cursos de licenciatura necessita ser reformulados para se adequar a realidade atual da educação brasileira e conseqüentemente no âmbito da inclusão.

Apenas existir uma ampla legislação que garante a inclusão de todos os alunos na escola regular, esta não tem sido suficiente para que a educação inclusiva aconteça de forma efetiva, necessitando de mais investimentos na formação de professores, tanto a inicial como a continuada. Além disso, ressaltamos a importância de se oferecer materiais pedagógicos e uma estrutura física acessível a todos os alunos de modo indiscriminado.

Dessa forma, percebemos o quanto a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é importante e ao mesmo tempo desafiadora, visto que é algo urgente em se cumprir, embora esteja cercada de desafios.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BUENO, J. G. S. Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista brasileira de educação especial**. v. 3, ed. 5, p. 7-25 editora: ABPEE, 1999.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MENDES, E. G. Construindo um “lócus” de pesquisa sobre inclusão escolar. In: MENDES, E. G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: UFSCAR, 2004.

RODRIGUES, D. Educação inclusiva: mais qualidade à diversidade. In: _____ et al. (Orgs.). Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2005. p. 45-63.

VITALIANO, C. R.; DALL’ACQUA, M. J. C. Análise das diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura em relação à formação de professores para inclusão de alunos com necessidades especiais. **Revista Teias. Currículos: Problematização em práticas e políticas**. v. 13, n. 27, p. 103-121. jan/abr 2012.